



RESPOSTA AO RECURSO - DECISÃO DA PRESIDENTE

Assunto: RESPOSTA ao recurso administrativo referente ao RDC nº 03/2022-CBMPA.

Objeto: CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E NOVA GUARDA DO QUARTEL DO COMANDO GERAL.

Licitante Recorrente (razões apresentadas): L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34.

Licitante Recorrida (contra razões): CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

Abertura da Sessão: 18/05/2022.

1. INTRODUÇÃO

A presidente da comissão do RDC nº 03/2022-CBMPA, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 130/2022 e, e por força dos art. 45 da Lei 12.462/2011 e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, em relação ao Item 01 do RDC supracitado.

2. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET

✓ 34.543.629/0001-08 - MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI

Data/Hora: 30/05/2022 13:54

Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta.

Habilitação de Fornecedor: --

✓ 19.661.427/0001-69 - CORTES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Data/Hora: 13/06/2022 17:26

Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta.

Habilitação de Fornecedor: --

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

✓ 06.336.443/0001-34 - L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Data/Hora: 13/07/2022 14:00

Julgamento de Proposta: --

Habilitação de Fornecedor: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de habilitação

3. DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO

Haja vista que as manifestações de intenção de recursos das licitantes ocorreram de forma tempestiva e preencheram os requisitos mínimos para suas aceitações, nos termos das legislações vigentes, as mesmas foram aceitas e, iniciado assim o prazo para apresentação de suas respectivas razões.

4. DO REGISTRO DAS RAZÕES E DAS CONTRA RAZÕES DO RECURSO

De acordo com o Decreto Estadual nº 1.974/2018, em seus arts. 47 e 48, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 05 (cinco) dias úteis. Na oportunidade, a recorrente L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. Já as recorrentes MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI e CORTES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não inseriram suas razões de recurso no sistema, portanto, não há o que se falar em mérito da análise. As contra razões foram inseridas no sistema pela recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

5. DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente, L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, apresentou as suas razões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão.



6. DAS CONTRA RAZÕES

A Recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou as suas contra razões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão.

7. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de **tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada** no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. **(Grifo nosso).**

8. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contra razões, edital e seus anexos, considerando ainda que **no decorrer da fase de julgamento de propostas a recorrente impetrou denúncia de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade a comissão do RDC fez requisição de parecer jurídico ao setor competente desta instituição, além de diligências realizadas pela CPL/CBMPA**, a fim de dar embasamento ao referido parecer, os quais foram acostados aos autos do processo, registrado ainda que para a confecção do referido parecer não foram requeridas novas diligências.

Cabe salientar que da apresentação das razões e contra razões não foram trazidos fatos novos ao que já havia sido apresentado pelas empresas em discussão, já que no ato de recebimento da denúncia fora dada oportunidade à recorrente para registrá-la e bem como se pronunciar no sistema comprasnet, fazendo uso do direito somente ao upload dos documentos, dispensando outras manifestações naquele ato, e ainda, tendo sido acostados aos autos a defesa prévia da denunciada, para o qual, à época dos fatos, foi devidamente disponibilizado prazo para sua manifestação formal; passando a demais atos, fora realizada diligência a fim de comprovar os fatos relatados junto a denunciante e junto as denunciadas (CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 03.478.057/0001-99), estas últimas a fim de levantar maiores informações quanto aos

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

seus funcionários, documentos estes acostados aos autos do processo, bem como realizada nova diligência pela CPL-CBMPA junto a denunciante a fim de melhor esclarecer e provar os fatos relatados.

Após o acima exposto, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente:

(...)

Em 25/09/2007 o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, CPF 399.496.802-04 residente e domiciliado na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA., abriu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 09.097.907/0001-95, com sede no mesmo endereço do seu sócio/administrador, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. No dia 26 de novembro de 2010 houve o acidente na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., resultando em 08 óbitos e no ferimento de outros 16 trabalhadores. O Relatório de Investigação de Acidente de Trabalho concluiu que a CULPA foi da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO pela OMISSÃO NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO. No dia 05 de outubro de 2012 o INSS propôs a AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. com o escopo de ser ressarcido das despesas causadas pelos benefícios de PENSÃO POR MORTE pagas às famílias de 08 trabalhadores vitimados naquele acidente, mais 16 benefícios de Auxílio Doença concedidos aos servidores da referida empresa. Requereu, também, que fosse determinado que a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CONSTITUA CAPITAL capaz de suportar a cobrança dos valores determinados na sentença. Ao proferir a sentença, a Juíza do feito condenou a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. A pagar ao INSS “ TODOS OS VALORES DE BENEFÍCIOS QUE A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DESPENDEU A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA, ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA”, mais juros de mora e correção monetária acrescido de honorários de 10% sobre o valor da condenação. Essa sentença foi proferida em 30 de novembro de 2018. O processo, atualmente, encontra-se no Gabinete do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Ocorre que mesmo tendo certeza da sua culpa no acidente ocorrido na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. que vitimou 24 servidores, o Sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., simplesmente deixou de movimentar a referida empresa, justamente para não arcar com o prejuízo causado ao INSS.

(...)

A respeito de tais colocações, cumpre-nos destacar que trata do fato do Sr. Marcello Pinto Bezerra, o qual é sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95 e, que responde por uma ação penal onde figura como réu por homicídio (ação esta que se encontra em primeira instância, conforme a seguir mencionado) e, devido o mesmo ter parado de realizar movimentações com tal empresa, em tese a fim de não cumprir com suas obrigações. Ocorre que, neste caso concreto estamos tratando de um processo licitatório (RDC nº 003/2022/CBMPA) no qual cabe



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

salientar que não figura como participante a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95, mas sim temos o Sr. Marcello Pinto Bezerra como administrador não sócio da empresa recorrida (CONSTRUMAZ), **é fato que até este momento não foram trazidos aos autos quaisquer impedimentos legais que nos levem a crer que a participação do Sr. Marcello na condição de ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO da empresa Construmaz constitua uma irregularidade.**

Fato é que a recorrente busca em suas razões demonstrar uma interligação de endereços entre a empresa M P B, a empresa Construmaz e o Sr. Marcello, todos no endereço Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, para balizar tal discussão cabe frisar que foi anexado aos autos um comprovante de residência emitido em 11/05/2022, pela operadora Vivo, em nome do sr. Marcello Pinto Bezerra no endereço rua niteroi nº 216, conjunto marex, val de caes, Belem - Pa, CEP 66617-110, e ainda, em pesquisa, foi verificado que duas empresas, em tese, podem sim funcionar no mesmo endereço, não sendo até aqui vislumbrado e nem juntado aos autos base contrária a tal ato e/ou que tal ato esteja ferindo os princípios normativos, bem como consta na GFIP/SEFIP (abaixo mencionada) que a Sr.^a Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira está incluída na relação de funcionários a qual tem proventos mensais, além do que consta no contrato da empresa que a mesma reside na passagem Dr. Dionísio Bentes, nº 681, curió utinga, Belém-Pa, CEP 66610-070.

Mesmo com os documentos relativos a comprovação de endereços acostados aos autos, bem como os que constam em documentos oficiais, esta presidente na condição de Membro da CPL/CBMPA realizou no dia 27/07/2022, por volta das 09h45 diligência a fim de ratificar a veracidade da existência e do funcionamento do endereço do Sr. Marcello Pinto Bezerra na rua niteroi nº 216, conjunto marex, val de caes, Belem - Pa, CEP 66617-110, sendo recepcionado pela Sr.^a Maria Elisa Soares da Silva, RG 3907249, CPF 674.582.542-20 (devidamente qualificada com base em seu documento de identidade), (cunhada do Sr. Marcello) afirmou tratar-se de endereço apenas residencial, onde residem: - Leonardo Pinto Bezerra (irmão do sr. Marcello); - a informante (esposa do Sr. Leonardo), os filhos do casal, Silvio Henrique Bezerra e Maria Eduarda da Silva Bezerra; - Sônia Maria Pinto Bezerra (mãe do Sr. Leonardo) e; - Marcello Pinto Bezerra, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado.

Em seguida realizada a diligência no endereço residencial da sr.^a Maria Deuzimira Lopes de Oliveira, sócia majoritária da empresa Construmaz, cito passagem Dr. Dionísio



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Bentes, nº 681, curió utinga, Belém-Pa, CEP 66610-070, onde foi verificado que: - A equipe recepcionada pela Sr.^a Deusdeth Lopes, a qual aparentava ter mais de 85 anos, que informou tratar-se de endereço residencial, que a informante não reside no local, que veio de Santarém-Pa, para fins de realizar consulta médica, que a Sr.^a Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira é sua filha e que a mesma estaria viajando para Santarém-Pa, que ela possui negócios na região de Itaituba-Pa, não foi obtido êxito na tentativa de contato com a Maria Deuzimira via telefone, informou que sabe que a sua filha tem uma empresa, mas não sabe precisar o nome, que ela não tem formação de nível superior, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado.

E ainda, requerido formalmente diligência ao endereço da empresa construmaz, cito a Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, a qual foi realizada pelos militares **Alex** Gonçalves de Oliveira – SGT BM e **Uiliane** Pereira de Souza Guimarães – CB BM, os quais foram recepcionados pela Sr.^a Keyla de Jesus Gino, RG 5515800 SSP/PA, CPF 531.474.642-53 (secretária da Empresa Construmaz), informou tratar-se de endereço comercial e residencial, onde funciona o escritório da referida empresa (Construmaz) e residência temporária da Sr.^a Maria Deuzimira Lima Lopes (proprietária da empresa Construmaz), que a mesma reside em Belém-Pa e eventualmente hospeda-se naquele local, e ainda, que a Sr.^a Keyla desconhece a existência da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, e que a Sr.^a Maria Deuzimira não resguarda grua de parentesco com o Sr. Marcello Pinto Bezerra, sendo este funcionário da empresa Construmaz (Engenheiro), sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado.

Até aqui corrobora o entendimento quanto a não identificação de irregularidades já que as diligências comprovaram a realidade que já constavam nos documentos acostados aos autos, não trazendo novos fatos para o processo.

Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que:

(...)

Em conluio com a SRA. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, **abriu a EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., que funciona no mesmo endereço residencial do SR MARCELLO PINTO BEZERRA, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. Apesar da Sra. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, figurar como sócia/Administradora da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., na realidade quem administra a referida empresa é o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, através do mandato de procuração que lhe foi outorgado com plenos poderes. Portanto, a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. foi criada pelo SR. MARCELLO PINTO BEZERRA com o único escopo de poder, MESMO**



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, em decorrência do acidente causado na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., não pode tirar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. **(Grifo nosso)**
(...)

Quanto a este questionamento primeiramente cumpre-nos afastar a similaridade de endereços supracitada, como já discutido acima, trataremos então a respeito do fato da Sr.^a Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira ser sócia majoritária da empresa Construmaz e ter outorgado plenos poderes de administração da referida empresa ao Sr. Marcello Pinto Bezerra, para embasar esta discussão tomaremos como base o Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, onde temos que:

(...)

Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

§ 1 Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fê pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

(...)

Com base em tal normativa e, levando em consideração que o Sr. Marcello Pinto Bezerra responde judicialmente em nome da empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, empresa esta o qual é sócio administrador, processo que tramita sob o número 0000422-38.2011.8.14.0024, o qual, após diligência se verificou que tramita como Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob o número 0000722-15.2011.8.14.0024 e em consulta pública foi verificado que ainda encontra-se em PRIMEIRA INSTÂNCIA, logo NÃO existe decisão judicial TRANSITADA EM JULGADO com efeitos definitivos, com isso o Sr. Marcelo não foi condenado a pena com imposição de vedações que o impediriam de administrar empresa, sendo então neste caso, com base no próprio código civil, esta presidente de comissão não vislumbra impedimento legal para que a Sr.^a Maria Deuzimira outorgue plenos poderes de administração ao Sr. Marcello Bezerra.

Fortifica ainda o entendimento acima o fato de que o Sr. Marcello Pinto Bezerra, como pessoa física, ou seja, como administrador não sócio da empresa Construmaz, o que de direito o é, é que em consulta ao Tribunal de Contas da União - TCU, ao emitir a certidão negativa de licitantes inidôneos e de licitantes inabilitados, abaixo respectivamente transcritas, temos que em seu nome não constam impedimentos.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(...)

Nome completo: **MARCELLO PINTO BEZERRA**

CPF: **399.496.802-04**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:13:28 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: GF68210722151328

(...)

(...)

Nome completo: **MARCELLO PINTO BEZERRA**

CPF: **399.496.802-04**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:19:07 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: D5AO210722151907

(...)

A despeito da afirmação pela recorrente de que o Sr. Marcello Pinto Bezerra teria **“criado a empresa Construmaz com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações”**, formalmente foi realizada diligência junto à empresa Construmaz a fim de levantar o contrato social e todas as suas alterações para que se pudesse melhor analisar o caso, e o que temos é que **a empresa Construmaz foi criada em nome da Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e de seu sócio, o Sr. Marcio roberto Picanço Ferreira, em 22 de abril de 2013, com registro na JUCEPA em 02/07/2013, sob o nº 15201314820, protocolo nº 13/042712-8, de 13 de maio de 2013; com registro da primeira alteração contratual em 05 de junho de 2014, com alteração de capital social (aumento), mantendo demais cláusulas e condições estabelecidas não alteradas e em vigor em igual teor e forma e, inclusão de cláusulas consolidadas em**



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

virtude da necessidade de adequação do contrato às disposições da Lei nº 10.406/2002 e; registro da **segunda e última alteração em 05 de fevereiro de 2018**, com novo aumento de capital social e demais alterações. **Não sendo vislumbrado por esta presidente de comissão que no decorrer de sua constituição e alterações que se comprove a informação prestada pela recorrente.**

Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que:

(...)

Em 2011 o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ propôs a AÇÃO PENAL, processo Nº 0000422-38.2011.8.14.0024, para apuração do CRIME DE HOMICÍDIO contra os DENUNCIADOS: MARCELLO PINTO BEZERRA e MARVIO NOGUEIRA BARBOSA, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Itaituba-PA. **Nessa Ação figura como testemunha o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, que é Sócio/Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI.** Por coincidência a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 18.409.353/0001-05, também é estabelecida no mesmo endereço residencial do MARCELLO PINTO BEZERRA que também é o mesmo endereço da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ou seja: AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. O que causa mais estranheza, é que na residência do MARCELLO PINTO BEZERRA funcionam duas empresas, das quais, da primeira, ele é Sócio/Administrador, e da segunda, ele é PROCURADOR COM AMPLOS PODERES, ou seja, é ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO e é também o Engenheiro Responsável, admitido em 01/06/2015.

Causa estranheza, também, o fato de o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, CPF: que é sócio Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 03.478.057/0001-99 figurar como testemunha na AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JURI, processo Nº 0000722-38.2011.8.14.0024, que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra o MARCELLO PINTO BEZERRA, em trâmite perante a Vara Criminal de Itaituba-PA. (Grifo nosso)

(...)

Quanto a este questionamento, trazemos para discussão um recorte do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941:

(...)

Art. 202. Toda pessoa poderá ser testemunha.

Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

(...)

Nesta discussão fica muito claro ao ver desta presidente de comissão que não nos compete aqui, no decorrer do processo licitatório tratar com “achismos e/ou estranhezas”

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

matéria afeta à justiça, já que o próprio código de processo penal é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha, bem como da responsabilidade e promessa da mesma em dizer a verdade, sendo que cabe a justiça se cercar de mecanismos investigativos e normativos a fim de mitigar falso testemunho.

(...)

É estranho, também, o fato de o Sr. KASSIO PAIVA ser funcionário das duas empresas: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI-EP. Situação idêntica a da Sra. ELIANE GARCIA que também trabalha nas duas empresas, pois além de declarar que trabalha na Empresa CONSTRUMAZ, postou uma foto nas redes sociais fardada com o uniforme da empresa ATITUDE CONSTRUTORA.

(...)

Quanto a este questionamento, trazemos para discussão informações que constam na denúncia feita pela recorrente, nos autos da defesa prévia da recorrida e o resultado da diligência realizada por um membro da CPL/CBMPA, todos estes documentos juntados aos autos à época da fase de julgamento de propostas quando houve o registro da denúncia.

A iniciar pela denúncia constam recortes de uma rede social de um perfil privado da **Sr^a Eliane Garcia** constando **foto** da mesma com uniforme com a logomarca “Atitude construtora” com registro de **06/05/2013** (p. 1560 e 1563 dos autos) e **descrição sobre o trabalho** na função de “Gerente de recursos Humanos na Empresa Construmaz Construtora” (p. 1558 e 1559 dos autos) registrado em **01/08/2019** e na empresa Construmaz Construtora Ltda com registro de **02/10/2017**. E ainda, na mesma rede social o perfil privado do **Sr. Kassio Paiva** constando **informação de trabalho** nas empresas “Construmaz Construtora Ltda” e “Atitude Construtora Eireli-epp” (p. 1561 dos autos) e atualização de **07/05/2019** “Começou um novo emprego em Atitude Construtora Eireli-epp” (p. 1562 dos autos). Fatos estes refutados pela recorrida em defesa prévia, sendo ditos como acusações estas equivocadas e que não se sustentam.

Resta que trazidos a discussão tais informações, a CPL/CBMPA buscou se precaver e não se embasar em informações apenas ditas sem comprovações e/ou com comprovações não oficiais, com isso, fez diligência, com requisição formal às empresas ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP na busca de comprovação formal dos funcionários de cada empresa, a fim de comprovar se haveria ou não funcionários em comum, para tanto, foi solicitado a “Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP” no período de maio de 2022 (período de realização da licitação) até o momento da solicitação 15/06/2022 (p. 1622 e 1647 dos autos), respectivamente.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

Dos documentos apresentados, a iniciar pela empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, competência 01/2022 a 05/2022 (p. 1622 a 1646 dos autos) resta comprovado a existência dos funcionários: comp. 01/2022: 1. Adailton Rodrigues e Rodrigues; 2. Jesus de Nazaré Barros; 3. José do Carmo Sousa de Oliveira; 4. Josinaldo dos Santos Oliveira; 5. Pamela Suelen Silva Ribeiro; 6. Peterson Braga Gomes; 7. Raimundo Afonso Damasceno Palheta; 8. Ronaldo Belem de Lima; 9. Wilson Ramos Pinto; 10. Marcos Alby Machado de Miranda; competência 02/2022: inclusão do funcionário José Carlos Furtado Caldas sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022; competência 03/2022: inclusão dos funcionários Elias Santiago Tavares e Patrícia Cavaleiro de Miranda sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022; competência 04/2022: sem inclusão de novos funcionários, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022 e os incluídos na competência 03/2022; competência 05/2022: inclusão dos funcionários Antônio Marcos Pinheiro Rodrigues, Fabrício Costa Dantas, José Adriano Costa Monteiro, Rafael Garcia e Raimundo Ferreira Claudio, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022 e os incluídos na competência 03/2022.

Dos documentos apresentados pela empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, competência 04/2022 a 05/2022 (p. 1651 a 1673) resta comprovado a existência dos funcionários: comp. 04/2022: 1. Antonio Edson Martins de Souza. 2. Carlos Sérgio Ferreira dos Santos, 3. **Cassio Paiva de Carvalho**, 4. Francines de Aviz Rosa, 5. Helieuson Oliveira da Silva, 6. Jefferson do Nascimento Oliveira, 7. João Paulo Serrão de Oliveira, 8. Joelson da Costa Gonçalves, 9. José Martinho Moreira Fernandes, 10. Josias Lima da Silva, 11. Keyla de Jesus Gino, 12. **Marcello Pinto Bezerra**, 13. Raimundo Nonato Carneiro da Silva, 14. Renato Monteiro dos Santos, 15. Rosinaldo Ferreira da Silva e 16. **Maria Deuzimira Lopes de Oliveira**; competência 05/2022: sem inclusão de novos funcionários, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 04/2022.

Isto posto, resta comprovado por meio de documentos oficiais, relação de funcionários (GFIP-SEFIP) expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas acusadas de terem funcionários em comum, bem como a Carteira de Trabalho Digital do Sr. Cassio Paiva de Carvalho, que **a acusação não prospera, visto que à época do processo licitatório NÃO HÁ NENHUM FUNCIONÁRIO EM COMUM ENTRE AS EMPRESAS ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP**, e ainda, no que tange à empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO, CNPJ 09.097.907/0001-95, terceira empresa mencionada, a mesma consta em

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

seu cartão CNPJ como inapta e demais campos sem preenchimento, logo não há o que se falar em informações de funcionários neste caso.

Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que:

(...)

Restou provado, portanto, que as empresas M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO; CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA formam um grupo econômico, pois exploram a mesma atividade, duas estão estabelecidas no mesmo endereço, têm empregados comuns nas três empresas e o sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. também é o ADMINISTRADOR não sócio da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. e, como consequência por força do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2016, para efeito de declaração de ME e EPP, as RECEITAS BRUTAS das empresas devem ser somadas para identificar o enquadramento das referidas empresas como EPP. Então, as empresas ATITUDE CONSTRUTORA LTDA e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. fizeram declarações falsas ao participarem das licitações dos anos de 2018 a 2022, vez que, conforme demonstrado abaixo, a soma das suas Receitas Brutas extrapolaram o limite máximo legal previsto na Lei acima mencionada. É considerado grupo econômico quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores. Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica como EPP, caracteriza a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese que devem ser somadas as receitas brutas das duas empresas. Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais-(Art. 156, da Lei nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: “Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.(O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia.
(...)

Por partes, tendo por base o parecer jurídico nº 150/2022 – COJ, emitido pelo MAJ QOBM Abedolins Corrêa **Xavier**, o qual serviu de subsídio à decisão desta presidente na fase de habilitação e nesta decisão recursal, resta claro naquele documento que não se comprovou a prática de conluio e nem que as empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA formam grupo econômico, pois conforme se vê nestes autos trata-se de argumentos que não se sustentam perante as diligências realizadas, não havendo até este momento prova que leve a qualquer comprovação, logo não havendo o que se falar em somatório de receitas entre as três empresas, tampouco em emissão de declaração falsa, já que consta no cartão do CNPJ e contrato social das empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI sua condição de EPP, bem como que os balanços corroboram tal condição, estes últimos analisados de forma individual para cada uma dessas empresas, já que não vislumbramos elementos suficientes para que seja realizada qualquer análise de forma a somar as receitas de cada empresa.

Registre-se ainda que para a emissão do referido parecer jurídico não fora requerido a CPL CBMPA ou para outro setor da corporação a necessidade de diligências, sendo, portanto, de se entender que as informações que constavam nos autos eram por si só suficientes, bem como que esta presidente a fim de melhor subsidiar sua decisão perante a denúncia impetrada se amparou nas normas e nos subsídios que estavam ao seu alcance, requerendo assim análise jurídica para o caso.

Aqui vale frisar que as empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA não participaram juntas neste RDC nº 003/2022-CBMPA, onde somente a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP figurou como participante, fazendo então com que essa presidente não vislumbre a possibilidade de prejuízo à administração por suposta participação de empresas em grupo.

A fim de fortificar este entendimento trazemos à baila o art. 2º do decreto-lei nº 5.452/1943, alterado pela Lei nº 13.467/2017, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho:



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(...)

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

§ 3º **Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.**

(...)

Quando fazemos a análise entre as empresas Atitude e Construmaz não ficaram evidenciados até este momento comprovações de que haja interesse integrado, e ainda estas empresas não têm sócios em comum, não apresentam funcionamento no mesmo endereço, não possuem contadores e/ou outros funcionários em comum, além do que as duas empresas não participaram de forma conjunta neste certame que aqui discutimos, onde temos apenas se tratar de empresas com mesmo ramo de atuação, o que por si só não o torna elemento suficiente para caracterização de grupo econômico. Na mesma linha de análise, quando incluímos a empresa M P B, sequer há o que se analisar já que tal empresa consta como inapta.

Traremos ainda para melhor discutir este entendimento o caso de empresas com sócios em comum (o que reitero, trata-se de mero exemplo com situação mais grave do que aqui temos de forma concreta), mas que nos remeterá ao entendimento de que caso houvesse, mesmo assim, por si só não se trataria de fator impeditivo, conforme previsto no acórdão do TCU nº 2.341/2011:

(...)

b.1) na ausência de apoio legal e regulamentar para a cláusula editalícia em análise, eis que não há, nem nos regulamentos dos entes promotores, nem na Lei nº 8.666/1993, **vedação à participação simultânea em licitação de empresas que possuam sócios em comum. (grifo nosso)**

(...)

Nesse sentido, por meio do acórdão supracitado a Corte de Contas da União considerou restritiva à competitividade cláusula editalícia que proibia a participação concomitante de licitantes com sócios em comum. Para o Tribunal, tal cláusula apresenta leitura objetiva e apriorística da Lei de Licitações (ofensiva, portanto, ao princípio da legalidade e da competitividade), na medida em que considera de forma inarredável que a ocorrência de sócios em comum configura fraude à licitação. Conforme se percebe das razões



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

do julgado, a coincidência de sócios apresenta-se como situação de risco à competitividade. Contudo, isso por si só não pode ser fato configurador (objetivamente verificável) de circunstância de conluio e de fraude à licitação. Esse raciocínio guarda compasso com a presunção de boa-fé dos licitantes e com o princípio do devido processo legal. É que toda imputação de ofensa à lei deve ser precedida da devida demonstração material de sua ocorrência, garantidos evidentemente o contraditório e a ampla defesa aos licitantes. Ora o que temos de forma concreta neste RDC nº 003/2022/CBMPA está muito aquém do que se possa falar e provar que esteja ocorrendo conluio e/ou fraude.

Valendo-se ainda, esta presidente, de balizar sua decisão no acórdão nº 297/2009-TCU: que somente considera irregular o ingresso concomitante em licitação de empresas com sócios comuns quando se trata de: (i) convite; (ii) contratação por dispensa de licitação; (iii) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; e (iv) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra; hipóteses estas que mais uma vez se observa que não temos no RDC em apreço, pois nele sequer temos sócios em comum, então não vislumbro até este momento indícios de conluio ou fraude neste certame.

E para finalizar os questionamentos da recorrente, temos seu pedido:

(...)

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de **tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição.** Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso).

Diante dos argumentos acima expostos, cumpre destacar que a decisão neste ato é por manter a habilitação da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP por falta de provas que deem base sólida à decisão contrária, bem como que do pedido, caso porventura inabilitada a empresa supracitada, a próxima empresa convocada seria a MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 34.543.629/0001-08, e não a recorrente como assim requer.

9. CONCLUSÃO

9.1. Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA,

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 03/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

9.2. Registro que o conteúdo da denúncia/recurso em comento, supostamente, envolve empresa hologada ou que encontra-se em fase recursal de outros processos licitatórios deste órgão (RDC nº 001/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do 13º GBM/Salinópolis e RDC nº 004/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do bloco operacional e acomodações do Comando Geral), já que vem a acusar as empresas ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP de formação de grupo econômico e conluio mediante análise dos processos licitatórios de forma conjunta e não isoladamente. Neste ato decisório, foram realizadas somente diligências limitadas às verificações de endereços e de alguns documentos em virtude da limitação temporal de resposta desta CPL, sem executar atos de investigação de forma estruturada, tal qual é balizada pelo rito completo de um processo apuratório institucional. Todavia, não inviabiliza, caso haja melhor entendimento por parte da autoridade superior e visando maior segurança à consecução dos próximos atos processuais, o estabelecimento de providências quanto à apuração mais detalhada para o caso.

9.3. Reitero que em comparação a denúncia impetrada pela recorrente na fase de julgamento de propostas e suas razões apresentadas neste recurso não houve apresentação de fatos novos, tratando-se da mesma argumentação, o que acarretou em retardo no andamento deste processo.

9.4. Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir em 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

9.5. É a decisão.

Belém-Pará, 01 de agosto de 2022.

Renata de Aviz Batista – CAP QOBM
Presidente do RDC nº 03/2022-CBMPA

responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais - (Art. 156, da Lei nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. DOS PEDIDOS Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.,

Contrarrazão

18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

Decisão do Recurso

Decisão do Presidente da Comissão de Licitação: Não Procede

CPF do Presidente: 77515897287

Data/Hora: 01/08/2022 15:08

Fundamentação do Presidente da Comissão de Licitação: 1. INTRODUÇÃO A presidente da comissão do RDC nº 03/2022-CBMPA, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 130/2022 e, por força dos art. 45 da Lei 12.462/2011 e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, em relação ao Item 01 do RDC supracitado. 2. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET ?34.543.629/0001-08 - MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI ?19.661.427/0001-69 - CORTES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ?06.336.443/0001-34 - L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA 3. DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO 4. DO REGISTRO DAS RAZÕES E DAS CONTRA RAZÕES DO RECURSO De acordo com o Decreto Estadual nº 1.974/2018, em seus arts. 47 e 48, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 05 (cinco) dias úteis. Na oportunidade, a recorrente L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. Já as recorrentes MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI e CORTES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não inseriram suas razões de recurso no sistema, portanto, não há o que se falar em mérito da análise. As contra razões foram inseridas no sistema pela recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. 5. DAS RAZÕES DO RECURSO A Recorrente, L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, apresentou as suas razões no sistema. 6. DAS CONTRA RAZÕES A Recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou as suas contra razões no sistema. 7. DO PEDIDO DO RECORRENTE (...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas

e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso).

8.DA ANÁLISE DO RECURSO Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contra razões, edital e seus anexos, considerando ainda que no decorrer da fase de julgamento de propostas a recorrente impetrou denúncia de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade a comissão do RDC fez requisição de parecer jurídico ao setor competente desta instituição, além de diligências realizadas pela CPL/CBMPA, a fim de dar embasamento ao referido parecer, os quais foram acostados aos autos do processo, registrado ainda que para a confecção do referido parecer não foram requeridas novas diligências. Cabe salientar que da apresentação das razões e contra razões não foram trazidos fatos novos ao que já havia sido apresentado pelas empresas em discussão, já que no ato de recebimento da denúncia fora dada oportunidade à recorrente para registrá-la e bem como se pronunciar no sistema comprasnet, fazendo uso do direito somente ao upload dos documentos, dispensando outras manifestações naquele ato, e ainda, tendo sido acostados aos autos a defesa prévia da denunciada, para o qual, à época dos fatos, foi devidamente disponibilizado prazo para sua manifestação formal; passando a demais atos, fora realizada diligência a fim de comprovar os fatos relatados junto a denunciante e junto as denunciadas (CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 03.478.057/0001-99), estas últimas a fim de levantar maiores informações quanto aos seus funcionários, documentos estes acostados aos autos do processo, bem como realizada nova diligência pela CPL-CBMPA junto a denunciante a fim de melhor esclarecer e provar os fatos relatados. Após o acima exposto, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente: (...) Em 25/09/2007 o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, CPF 399.496.802-04 residente e domiciliado na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA., abriu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 09.097.907/0001-95, com sede no mesmo endereço do seu sócio/administrador, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba- PA. No dia 26 de novembro de 2010 houve o acidente na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., resultando em 08 óbitos e no ferimento de outros 16 trabalhadores. O Relatório de Investigação de Acidente de Trabalho concluiu que a CULPA foi da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO pela OMISSÃO NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO. No dia 05 de outubro de 2012 o INSS propôs a AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. com o escopo de ser ressarcido das despesas causadas pelos benefícios de PENSÃO POR MORTE pagas às famílias de 08 trabalhadores vitimados naquele acidente, mais 16 benefícios de Auxílio Doença concedidos aos servidores da referida empresa. Requereu, também, que fosse determinado que a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CONSTITUA CAPITAL capaz de suportar a cobrança dos valores determinados na sentença. Ao proferir a sentença, a Juíza do feito condenou a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. A pagar ao INSS " TODOS OS VALORES DE BENEFÍCIOS QUE A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DESPENDEU A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA, ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA", mais juros de mora e correção monetária acrescido de honorários de 10% sobre o valor da condenação. Essa sentença foi proferida em 30 de novembro de 2018. O processo, atualmente, encontra-se no Gabinete do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Ocorre que mesmo tendo certeza da sua culpa no acidente ocorrido na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. que vitimou 24 servidores, o Sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., simplesmente deixou de movimentar a referida empresa, justamente para não arcar com o prejuízo causado ao INSS. (...) A respeito de tais colocações, cumpre-nos destacar que trata do fato do Sr. Marcello Pinto Bezerra, o qual é sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95 e, que responde por uma ação penal onde figura como réu por homicídio (ação esta que se encontra em primeira instância, conforme a seguir mencionado) e, devido o mesmo ter parado de realizar movimentações com tal empresa, em tese a fim de não cumprir com suas obrigações. Ocorre que, neste caso concreto estamos tratando de um processo licitatório (RDC nº 003/2022/CBMPA) no qual cabe salientar que não figura como participante a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95, mas sim temos o Sr. Marcello Pinto Bezerra como administrador não sócio da empresa recorrida (CONSTRUMAZ), é fato que até este momento não foram trazidos aos autos quaisquer impedimentos legais que nos levem a crer que a participação do Sr. Marcello na condição de ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO da empresa Construmaz constitua uma irregularidade. Fato é que a recorrente busca em suas razões demonstrar uma interligação de endereços entre a empresa M P B, a empresa Construmaz e o Sr. Marcello, todos no endereço Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, para balizar tal discussão cabe frisar que foi anexado aos autos um comprovante de residência emitido em 11/05/2022, pela operadora Vivo, em nome do sr. Marcello Pinto Bezerra no endereço rua niteroi nº 216, conjunto marex, val de caes, Belem - Pa, CEP 66617-110, e ainda, em pesquisa, foi verificado que duas empresas, em tese, podem sim funcionar no mesmo endereço, não sendo até aqui vislumbrado e nem juntado aos autos base contrária a tal ato e/ou que tal ato esteja ferindo os princípios normativos, bem como consta na GFIP/SEFIP (abaixo mencionada) que a Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira está incluída na relação de funcionários a qual tem proventos mensais, além do que consta no contrato da empresa que a mesma reside na passagem Dr. Dionísio Bentes, nº 681, curió utinga, Belém-Pa, CEP 66610-070. Mesmo com os documentos relativos a comprovação de endereços acostados aos autos, bem como os

que constam em documentos oficiais, esta presidente na condição de Membro da CPL/CBMPA realizou no dia 27/07/2022, por volta das 09h45 diligência a fim de ratificar a veracidade da existência e do funcionamento do endereço do Sr. Marcello Pinto Bezerra na rua niteroi nº 216, conjunto marex, val de caes, Belem - Pa, CEP 66617-110, sendo recepcionado pela Srª Maria Elisa Soares da Silva, RG 3907249, CPF 674.582.542-20 (devidamente qualificada com base em seu documento de identidade), (cunhada do Sr. Marcello) afirmou tratar-se de endereço apenas residencial, onde residem: - Leonardo Pinto Bezerra (irmão do sr. Marcello); - a informante (esposa do Sr. Leonardo), os filhos do casal, Silvio Henrique Bezerra e Maria Eduarda da Silva Bezerra; - Sônia Maria Pinto Bezerra (mãe do Sr. Leonardo) e; - Marcello Pinto Bezerra, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado. Em seguida realizada a diligência no endereço residencial da srª Maria Deuzimira Lopes de Oliveira, sócia majoritária da empresa Construmaz, cito passagem Dr. Dionísio Bentes, nº 681, curió utinga, Belém-Pa, CEP 66610-070, onde foi verificado que: - A equipe recepcionada pela Sr.ª Deusdeth Lopes, a qual aparentava ter mais de 85 anos, que informou tratar-se de endereço residencial, que a informante não reside no local, que veio de Santarém-Pa, para fins de realizar consulta médica, que a Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira é sua filha e que a mesma estaria viajando para Santarém-Pa, que ela possui negócios na região de Itaituba-Pa, não foi obtido êxito na tentativa de contato com a Maria Deuzimira via telefone, informou que sabe que a sua filha tem uma empresa, mas não sabe precisar o nome, que ela não tem formação de nível superior, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado. E ainda, requerido formalmente diligência ao endereço da empresa construmaz, cito a Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, a qual foi realizada pelos militares Alex Gonçalves de Oliveira – SGT BM e Uiliane Pereira de Souza Guimarães – CB BM, os quais foram recepcionados pela Sr.ª Keyla de Jesus Gino, RG 5515800 SSP/PA, CPF 531.474.642-53 (secretária da Empresa Construmaz), informou tratar-se de endereço comercial e residencial, onde funciona o escritório da referida empresa (Construmaz) e residência temporária da Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes (proprietária da empresa Construmaz), que a mesma reside em Belém-Pa e eventualmente hospeda-se naquele local, e ainda, que a Sr.ª Keyla desconhece a existência da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, e que a Sr.ª Maria Deuzimira não resguarda grua de parentesco com o Sr. Marcello Pinto Bezerra, sendo este funcionário da empresa Construmaz (Engenheiro), sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado. Até aqui corrobora o entendimento quanto a não identificação de irregularidades já que as diligências comprovaram a realidade que já constavam nos documentos acostados aos autos, não trazendo novos fatos para o processo. Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que: (...) Em conluio com a SRA. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, abriu a EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., que funciona no mesmo endereço residencial do SR MARCELLO PINTO BEZERRA, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de latituba-PA. Apesar da Sra. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, figurar como sócia/Administradora da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.,, na realidade quem administra a referida empresa é o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, através do mandato de procuração que lhe foi outorgado com plenos poderes. Portanto, a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. foi criada pelo SR. MARCELLO PINTO BEZERRA com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, em decorrência do acidente causado na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., não pode tirar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Grifo nosso) (...) Quanto a este questionamento primeiramente cumpre-nos afastar a similaridade de endereços supracitada, como já discutido acima, trataremos então a respeito do fato da Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira ser sócia majoritária da empresa Construmaz e ter outorgado plenos poderes de administração da referida empresa ao Sr. Marcello Pinto Bezerra, para embasar esta discussão tomaremos como base o Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, onde temos que: (...) Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios. § 1 Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. (...) Com base em tal normativa e, levando em consideração que o Sr. Marcello Pinto Bezerra responde judicialmente em nome da empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, empresa esta o qual é sócio administrador, processo que tramita sob o número 0000422-38.2011.8.14.0024, o qual, após diligência se verificou que tramita como Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob o número 0000722-15.2011.8.14.0024 e em consulta pública foi verificado que ainda encontra-se em PRIMEIRA INSTÂNCIA, logo NÃO existe decisão judicial TRANSITADA EM JULGADO com efeitos definitivos, com isso o Sr. Marcelo não foi condenado a pena com imposição de vedações que o impediriam de administrar empresa, sendo então neste caso, com base no próprio código civil, esta presidente de comissão não vislumbra impedimento legal para que a Sr.ª Maria Deuzimira outorgue plenos poderes de administração ao Sr. Marcello Bezerra. Fortifica ainda o entendimento acima o fato de que o Sr. Marcello Pinto Bezerra, como pessoa física, ou seja, como administrador não sócio da empresa Construmaz, o que de direito o é, é que em consulta ao Tribunal de Contas da União - TCU, ao emitir a certidão negativa de licitantes inidôneos e de licitantes inabilitados, abaixo respectivamente transcritas, temos que em seu nome não constam impedimentos. (...) Nome completo: MARCELLO PINTO BEZERRA CPF: 399.496.802-04 O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos

do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU). Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial. Certidão emitida às 15:13:28 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão. A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5> Código de controle da certidão: GF68210722151328 (...) (...) Nome completo: MARCELLO PINTO BEZERRA CPF: 399.496.802-04 O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU). Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial. Certidão emitida às 15:19:07 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão. A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA> Código de controle da certidão: D5AO210722151907 (...) A despeito da afirmação pela recorrente de que o Sr. Marcello Pinto Bezerra teria “criado a empresa Construmaz com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações”, formalmente foi realizada diligência junto à empresa Construmaz a fim de levantar o contrato social e todas as suas alterações para que se pudesse melhor analisar o caso, e o que temos é que a empresa Construmaz foi criada em nome da Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e de seu sócio, o Sr. Marcio roberto Picanço Ferreira, em 22 de abril de 2013, com registro na JUCEPA em 02/07/2013, sob o nº 15201314820, protocolo nº 13/042712-8, de 13 de maio de 2013; com registro da primeira alteração contratual em 05 de junho de 2014, com alteração de capital social (aumento), mantendo demais cláusulas e condições estabelecidas não alteradas e em vigor em igual teor e forma e, inclusão de cláusulas consolidadas em virtude da necessidade de adequação do contrato às disposições da Lei nº 10.406/2002 e; registro da segunda e última alteração em 05 de fevereiro de 2018, com novo aumento de capital social e demais alterações. Não sendo vislumbado por esta presidente de comissão que no decorrer de sua constituição e alterações que se comprove a informação prestada pela recorrente. Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que: (...) Em 2011 o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ propôs a AÇÃO PENAL, processo Nº 0000422-38.2011.8.14.0024, para apuração do CRIME DE HOMICÍDIO contra os DENUNCIADOS: MARCELLO PINTO BEZERRA e MARVIO NOGUEIRA BARBOSA, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Itaituba-PA. Nessa Ação figura como testemunha o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, que é Sócio/Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI. Por coincidência a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 18.409.353/0001-05, também é estabelecida no mesmo endereço residencial do MARCELLO PINTO BEZERRA que também é o mesmo endereço da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ou seja: AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. O que causa mais estranheza, é que na residência do MARCELLO PINTO BEZERRA funcionam duas empresas, das quais, da primeira, ele é Sócio/Administrador, e da segunda, ele é PROCURADOR COM AMPLOS PODERES, ou seja, é ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO e é também o Engenheiro Responsável, admitido em 01/06/2015. Causa estranheza, também, o fato de o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, CPF: que é sócio Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 03.478.057/0001-99 figurar como testemunha na AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JURI, processo Nº 0000722-38.2011.8.14.0024, que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra o MARCELLO PINTO BEZERRA, em trâmite perante a Vara Criminal de Itaituba-PA. (Grifo nosso) (...) Quanto a este questionamento, trazemos para discussão um recorte do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941: (...) Art. 202. Toda pessoa poderá ser testemunha. Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade. (...) Nesta discussão fica muito claro ao ver desta presidente de comissão que não nos compete aqui, no decorrer do processo licitatório tratar com “achismos e/ou estranhezas” matéria afeta à justiça, já que o próprio código de processo penal é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha, bem como da responsabilidade e promessa da mesma em dizer a verdade, sendo que cabe a justiça se cercar de mecanismos investigativos e normativos a fim de mitigar falso testemunho. (...) É estranho, também, o fato de o Sr. KASSIO PAIVA ser funcionário das duas empresas: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI-EP. Situação idêntica a da Sra. ELIANE GARCIA que também trabalha nas duas empresas, pois além de declarar que trabalha na Empresa CONSTRUMAZ, postou uma foto nas redes sociais fardada com o uniforme da empresa ATITUDE CONSTRUTORA. (...) Quanto a este questionamento, trazemos para discussão informações que constam na denúncia feita pela recorrente, nos autos da defesa prévia da recorrida e o resultado da diligência realizada por um membro da CPL/CBMPA, todos estes documentos juntados aos autos à época da fase de julgamento de propostas quando houve o registro da denúncia. A iniciar pela denúncia constam recortes de uma rede social de um perfil privado da Srª Eliane Garcia constando foto da mesma com uniforme com a logomarca “Atitude construtora” com registro de 06/05/2013 (p. 1560 e 1563 dos autos) e descrição sobre o trabalho na função de “Gerente de recursos Humanos na Empresa Construmaz Construtora” (p. 1558 e 1559 dos autos) registrado em 01/08/2019 e na empresa Construmaz Construtora Ltda com registro

de 02/10/2017. E ainda, na mesma rede social o perfil privado do Sr. Kassio Paiva constando informação de trabalho nas empresas "Construmaz Construtora Ltda" e "Atitude Construtora Eireli-epp" (p. 1561 dos autos) e atualização de 07/05/2019 "Começou um novo emprego em Atitude Construtora Eireli-epp" (p. 1562 dos autos). Fatos estes refutados pela recorrida em defesa prévia, sendo ditos como acusações estas equivocadas e que não se sustentam. Resta que trazidos a discussão tais informações, a CPL/CBMPA buscou se precaver e não se embasar em informações apenas ditas sem comprovações e/ou com comprovações não oficiais, com isso, fez diligência, com requisição formal às empresas ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP na busca de comprovação formal dos funcionários de cada empresa, a fim de comprovar se haveria ou não funcionários em comum, para tanto, foi solicitado a "Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP" no período de maio de 2022 (período de realização da licitação) até o momento da solicitação 15/06/2022 (p. 1622 e 1647 dos autos), respectivamente. Dos documentos apresentados, a iniciar pela empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, competência 01/2022 a 05/2022 (p. 1622 a 1646 dos autos) resta comprovado a existência dos funcionários: comp. 01/2022: 1. Adailton Rodrigues e Rodrigues; 2. Jesus de Nazaré Barros; 3. José do Carmo Sousa de Oliveira; 4. Josinaldo dos Santos Oliveira; 5. Pamela Suelen Silva Ribeiro; 6. Peterson Braga Gomes; 7. Raimundo Afonso Damasceno Palheta; 8. Ronaldo Belem de Lima; 9. Wilson Ramos Pinto; 10. Marcos Alby Machado de Miranda; competência 02/2022: inclusão do funcionário José Carlos Furtado Caldas sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022; competência 03/2022: inclusão dos funcionários Elias Santiago Tavares e Patrícia Cavaleiro de Miranda sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022; competência 04/2022: sem inclusão de novos funcionários, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022 e os incluídos na competência 03/2022; competência 05/2022: inclusão dos funcionários Antônio Marcos Pinheiro Rodrigues, Fabrício Costa Dantas, José Adriano Costa Monteiro, Rafael Garcia e Raimundo Ferreira Claudio, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 01/2022 e os incluídos na competência 03/2022. Dos documentos apresentados pela empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, competência 04/2022 a 05/2022 (p. 1651 a 1673) resta comprovado a existência dos funcionários: comp. 04/2022: 1. Antonio Edson Martins de Souza. 2. Carlos Sérgio Ferreira dos Santos, 3. Cassio Paiva de Carvalho, 4. Francines de Aviz Rosa, 5. Helieuson Oliveira da Silva, 6. Jefferson do Nascimento Oliveira, 7. João Paulo Serrão de Oliveira, 8. Joelson da Costa Gonçalves, 9. José Martinho Moreira Fernandes, 10. Josias Lima da Silva, 11. Keyla de Jesus Gino, 12. Marcello Pinto Bezerra, 13. Raimundo Nonato Carneiro da Silva, 14. Renato Monteiro dos Santos, 15. Rosinaldo Ferreira da Silva e 16. Maria Deuzimira Lopes de Oliveira; competência 05/2022: sem inclusão de novos funcionários, sendo mantidos todos os demais funcionários da competência 04/2022. Isto posto, resta comprovado por meio de documentos oficiais, relação de funcionários (GFIP-SEFIP) expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas acusadas de terem funcionários em comum, bem como a Carteira de Trabalho Digital do Sr. Cassio Paiva de Carvalho, que a acusação não prospera, visto que à época do processo licitatório NÃO HÁ NENHUM FUNCIONÁRIO EM COMUM ENTRE AS EMPRESAS ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, e ainda, no que tange à empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO, CNPJ 09.097.907/0001-95, terceira empresa mencionada, a mesma consta em seu cartão CNPJ como inapta e demais campos sem preenchimento, logo não há o que se falar em informações de funcionários neste caso. Em continuação com os questionamentos da recorrente, temos que: (...) Restou provado, portanto, que as empresas M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO; CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA formam um grupo econômico, pois exploram a mesma atividade, duas estão estabelecidas no mesmo endereço, têm empregados comuns nas três empresas e o sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. também é o ADMINISTRADOR não sócio da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. e, como consequência por força do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2016, para efeito de declaração de ME e EPP, as RECEITAS BRUTAS das empresas devem ser somadas para identificar o enquadramento das referidas empresas como EPP. Então, as empresas ATITUDE CONSTRUTORA LTDA e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. fizeram declarações falsas ao participarem das licitações dos anos de 2018 a 2022, vez que, conforme demonstrado abaixo, a soma das suas Receitas Brutas extrapolaram o limite máximo legal previsto na Lei acima mencionada. É considerado grupo econômico quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores. Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica como EPP, caracteriza a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese que devem ser somadas as receitas brutas das duas empresas. Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de

que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais - (Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. (...) Por partes, tendo por base o parecer jurídico nº 150/2022 – COJ, emitido pelo MAJ QOBM Abedolins Corrêa Xavier, o qual serviu de subsídio à decisão desta presidente na fase de habilitação e nesta decisão recursal, resta claro naquele documento que não se comprovou a prática de conluio e nem que as empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA formam grupo econômico, pois conforme se vê nestes autos trata-se de argumentos que não se sustentam perante as diligências realizadas, não havendo até este momento prova que leve a qualquer comprovação, logo não havendo o que se falar em somatório de receitas entre as três empresas, tampouco em emissão de declaração falsa, já que consta no cartão do CNPJ e contrato social das empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI sua condição de EPP, bem como que os balanços corroboram tal condição, estes últimos analisados de forma individual para cada uma dessas empresas, já que não vislumbramos elementos suficientes para que seja realizada qualquer análise de forma a somar as receitas de cada empresa. Registre-se ainda que para a emissão do referido parecer jurídico não fora requerido a CPL CBMPA ou para outro setor da corporação a necessidade de diligências, sendo, portanto, de se entender que as informações que constavam nos autos eram por si só suficientes, bem como que esta presidente a fim de melhor subsidiar sua decisão perante a denúncia impetrada se amparou nas normas e nos subsídios que estavam ao seu alcance, requerendo assim análise jurídica para o caso. Aqui vale frisar que as empresas CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA não participaram juntas neste RDC nº 003/2022-CBMPA, onde somente a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP figurou como participante, fazendo então com que essa presidente não vislumbre a possibilidade de prejuízo à administração por suposta participação de empresas em grupo. A fim de fortificar este entendimento trazemos à baila o art. 2º do decreto-lei nº 5.452/1943, alterado pela Lei nº 13.467/2017, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho: (...) § 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. § 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes. (...) Quando fazemos a análise entre as empresas Atitude e Construmaz não ficamos evidenciados até este momento comprovações de que haja interesse integrado, e ainda estas empresas não têm sócios em comum, não apresentam funcionamento no mesmo endereço, não possuem contadores e/ou outros funcionários em comum, além do que as duas empresas não participaram de forma conjunta neste certame que aqui discutimos, onde temos apenas se tratar de empresas com mesmo ramo de atuação, o que por si só não o torna elemento suficiente para caracterização de grupo econômico. Na mesma linha de análise, quando incluímos a empresa M P B, sequer há o que se analisar já que tal empresa consta como inapta. Traremos ainda para melhor discutir este entendimento o caso de empresas com sócios em comum (o que reitero, trata-se de mero exemplo com situação mais grave do que aqui temos de forma concreta), mas que nos remeterá ao entendimento de que caso houvesse, mesmo assim, por si só não se trataria de fator impeditivo, conforme previsto no acórdão do TCU nº 2.341/2011: (...) b.1) na ausência de apoio legal e regulamentar para a cláusula editalícia em análise, eis que não há, nem nos regulamentos dos entes promotores, nem na Lei nº 8.666/1993, vedação à participação simultânea em licitação de empresas que possuam sócios em comum. (grifo nosso) (...) Nesse sentido, por meio do acórdão supracitado a Corte de Contas da União considerou restritiva à competitividade cláusula editalícia que proibia a participação concomitante de licitantes com sócios em comum. Para o Tribunal, tal cláusula apresenta leitura objetiva e apriorística da Lei de Licitações (ofensiva, portanto, ao princípio da legalidade e da competitividade), na medida em que considera de forma inarredável que a ocorrência de sócios em comum configura fraude à licitação. Conforme se percebe das razões do julgado, a coincidência de sócios apresenta-se como situação de risco à competitividade. Contudo, isso por si só não pode ser fato configurador (objetivamente verificável) de circunstância de conluio e de fraude à licitação. Esse raciocínio guarda compasso com a presunção de boa-fé dos licitantes e com o princípio do devido processo legal. É que toda imputação de ofensa à lei deve ser precedida da devida demonstração material de sua ocorrência, garantidos evidentemente o contraditório e a ampla defesa aos licitantes. Ora o que temos de forma concreta neste RDC nº 003/2022/CBMPA está muito aquém do que se possa falar e provar que esteja ocorrendo conluio e/ou fraude. Valendo-se ainda, esta

presidente, de balizar sua decisão no acórdão nº 297/2009-TCU: que somente considera irregular o ingresso concomitante em licitação de empresas com sócios comuns quando se trata de: (i) convite; (ii) contratação por dispensa de licitação; (iii) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; e (iv) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra; hipóteses estas que mais uma vez se observa que não temos no RDC em apreço, pois nele sequer temos sócios em comum, então não vislumbro até este momento indícios de conluio ou fraude neste certame. E para finalizar os questionamentos da recorrente, temos seu pedido: (...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso). Diante dos argumentos acima expostos, cumpre destacar que a decisão neste ato é por manter a habilitação da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP por falta de provas que deem base sólida à decisão contrária, bem como que do pedido, caso porventura inabilitada a empresa supracitada, a próxima empresa convocada seria a MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 34.543.629/0001-08, e não a recorrente como assim requer.

9.CONCLUSÃO 9.1.Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 03/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. 9.2.Registro que o conteúdo da denúncia/recurso em comento, supostamente, envolve empresa homologada ou que encontra-se em fase recursal de outros processos licitatórios deste órgão (RDC nº 001/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do 13º GBM/Salinópolis e RDC nº004/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do bloco operacional e acomodações do Comando Geral), já que vem a acusar as empresas ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP de formação de grupo econômico e conluio mediante análise dos processos licitatórios de forma conjunta e não isoladamente. Neste ato decisório, foram realizadas somente diligências limitadas às verificações de endereços e de alguns documentos em virtude da limitação temporal de resposta desta CPL, sem executar atos de investigação de forma estruturada, tal qual é balizada pelo rito completo de um processo apuratório institucional. Todavia, não inviabiliza, caso haja melhor entendimento por parte da autoridade superior e visando maior segurança à consecução dos próximos atos processuais, o estabelecimento de providências quanto à apuração mais detalhada para o caso. 9.3.Reitero que em comparação a denúncia impetrada pela recorrente na fase de julgamento de propostas e suas razões apresentadas neste recurso não houve apresentação de fatos novos, tratando-se da mesma argumentação, o que acarretou em retardo no andamento deste processo. 9.4.Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente. 9.5.É a decisão. Belém-Pará, 01 de agosto de 2022. Renata de Aviz Batista – CAP QOBM

Decisão da Autoridade Competente: Sem Decisão

CPF da Autoridade Competente:

Data/Hora:

Fundamentação da Autoridade Competente:

Voltar